

A REPÚBLICA E A DEMANDA PELO ENSINO: AS UNIVERSIDADES POPULARES DA **RENASCENÇA** **PORTUGUESA**

Artur Manso

A República impôs-se como ideal no ensino e na educação num país que, de facto, pouco ou nada fazia neste campo para além de manter as coisas tal qual se encontravam, isto é, com um sistema de ensino que servia a elite e excluía a quase totalidade do povo. Os ideólogos da República acreditavam que a aposta na educação reabilitaria o povo para poder ombrear com os países mais prósperos. Os intelectuais da Renascença sonhavam com a formação de um homem novo que fosse um *templo de liberdade, pois*, nas palavras de Leonardo Coimbra, «O Povo é a terra boa, fecunda e generosa, onde a árvore da vida social, vai buscar a secreta substância das suas mais altas florescências» (1).

Aqui quero invocar o projecto surgido no seio da *Renascença Portuguesa*, movimento sócio-cultural que surgiu com a República em torno das Universidades Populares, nas quais depositavam

um papel determinante para a educação de amplas camadas de indivíduos mais velhos e já enquadrados no tecido produtivo do país.

Dentro deste Movimento com raízes anarquistas e libertárias, coube a Jaime Cortesão (1884-1960) a tarefa de estabelecer as condições para o surgimento das Universidades Populares, primeiro no Porto e depois alargadas a cidades como Vila Real, Coimbra ou Póvoa do Varzim. Afinal queria importar-se para Portugal um modelo de educação das classes trabalhadoras que já vigorava em outros países. Desse trabalho ficou o testemunho impresso nos artigos sobre o tema por si publicados em *A Vida Portuguesa*, boletim da *Renascença Portuguesa*, entre Novembro de 1912 e Fevereiro de 1914. Este periódico traz impressos diversos planos de estudos que se ministravam nesta instituição.

O povo para estes intelectuais era o húmus da regeneração que se desejava e para tanto convinha educá-lo no sentido de lhe alargar horizontes e de o fazer participar

na marcha das criações humanas. Contudo, numa altura em que a população portuguesa se encontrava muito espalhada pelo país, vemos estes homens encetar o seu esforço educativo nos centros urbanos e direccioná-lo para o proletariado, apesar de tudo, um pouco mais esclarecido e capaz de afirmar as suas pretensões.

Com a república a educação liberal ganhava um estatuto próprio e intensificava-se o forte combate político à Igreja católica, acusada desde há muito, de ser a principal responsável pelo obscurantismo e deseducação do povo português.

Neste contexto, Jaime Cortesão, explicava, em duas alíneas, a necessidade de se fundarem as universidades populares: a) a sua fundação fazia parte do conteúdo programático da Renascença Portuguesa e b) da França vinha o exemplo das Universidades Populares criadas com o intuito de alargar os conhecimentos do povo operário, vergado desde

cedo ao peso do trabalho braçal e, em consequência, impedido de prosseguir os estudos até níveis mais elevados de aprendizagem. Contudo, Cortesão, conhecendo a realidade portuguesa, não queria este ensino dirigido apenas aos mais iletrados uma vez que para siurgia que se entendesse «por Povo todos os Portugueses a qualquer classe que pertençam, tenham eles frequentado seja que curso for», pois ou «o Povo é completamente ignorante, o que em muitos casos ainda é o mais desejável, ou sofreu uma educação cheia de taras jesuíticas, o que equivale a dizer que perdeu ainda mesmo certas qualidades de instinto e espontaneidade» (1).

Reinava, agora, a esperança de que pelo ensino e a educação se haveria de fortalecer «o patriotismo humanitário, que ensimesmando o indivíduo nas qualidades raciais, lhe valoriza não só a individualidade para a obra patriótica como também para a obra da Humanidade, que a primeira deve implicar» C).

Os teóricos da Renascença, de um certo modo, acompanhavam o anticlericalismo que grassava um pouco por toda a Europa, condenando sem dó nem piedade tudo o que pudesse ser associado à secular estrutura religiosa. Estes cidadãos percebiam que se a educação para uma nova mentalidade tinha de assentar em pressupostos diferentes, não se podia esperar que o Estado, por si só, resolvesse de vez os problemas estruturais que impediam a massificação do ensino e da educação. Era preciso que os mais preparados nas diferentes áreas científicas se associassem e graciosamente ajudassem a elevar, pela ciência, arte, técnica, literatura, filosofia... todo um Povo inculto e analfabeto.

Cortesão não se cansava de defender estas instituições que tantas dificuldades conheciam na sua implantação. Para vincar o papel que tinham reservado às Universidades Populares, continuou a sua caminhada no sentido de estabelecer para elas um lugar próprio. É com esse propósito que escreve um artigo para diferenciar as Universidades Livres, as Extensões Universitárias e as Universidades Populares. O que em sua opinião distinguia a Universidade Popular da Universidade Livre era o facto das segundas serem Livres em relação ao Estado ou à Igreja e o que as distinguia das Extensões Universitárias era o facto destas serem formadas dentro das próprias universidades

sendo os seus professores pagos pelo Estado. Ao contrário, as Universidades Populares que agora se propunham não se dedicariam «unicamente ao ensino superior, nem unicamente à difusão do espírito científico, pois ministrando sempre o ensino conforme as necessidades do público a que se dirigem pretendem realizar mais que isso uma obra de educação e acção social e nacional» (1).

Ante o cenário educativo que a República tinha herdado, Cortesão concluía que em Portugal nunca houve Universidades Livres, e que elas não eram precisas. Precisas eram as Universidades Populares, essas sim, verdadeiros motores de desenvolvimento do Povo português, pela divulgação em todas as suas camadas de uma educação cada vez mais ampla C).

Cortesão, o intelectual diplomado pela Universidade do Estado, pensava para a realidade portuguesa uma estrutura de ensino popular semelhante à que tinha surgido em França, pela mão de Georges Deherme, operário tipógrafo, que sabendo da apetência dos indivíduos para opinarem sobre tudo, com pouco conhecimento de causa, e portanto justificando as suas opiniões num rol de equívocos e desinformação, queria que o saber e o conhecimento nas suas diversas facetas chegassem a todos aqueles que o procurassem, para assim, após se transformarem a si mesmos, poderem transformar o meio que os rodeava.

Conhecedor do processo de formação das Universidades Populares em França, e conhecedor da realidade educativa portuguesa, Cortesão referia que dos documentos fundadores das Universidades Populares francesas, apenas se deveria aproveitar o que fosse «útil para nós e realizável dentro das nossas forças» (6)

Desta forma, o idealismo generoso de Cortesão e seus pares não os afastava da realidade em que viviam. Se por um lado havia a necessidade de difundir o conhecimento por um número cada vez maior de indivíduos, por outro a concepção programática imbuída de muita generosidade e boa vontade levava ao estabelecimento de um ideário fabuloso mas que na prática pouco ou nenhum efeito teria na educação que se queria para o povo, uma vez que «para receber uma cultura intelectual geral, é mister possuir urna preparação igualmente geral, uma instrução primária muito sólida, capaz

de excitar a curiosidade, e que a classe popular não tem».

Junto à classe operária de então, dificilmente estes requisitos se encontrariam realizados, o que fazia com que o projecto do ensino popular, tal como já tinha acontecido na experiência francesa, fosse recebido com pouco entusiasmo e reduzida frequência. Por isso se compreende que a Universidade Popular do Porto, seja, nessa época, frequentada maioritariamente pelas classes médias, onde a educação também não abundava, clamando Cortesão que para aumentar os seus parcos conhecimentos «professores, estudantes, comerciantes, militares, empregados de comércio, etc., etc.» (11), deveriam aproveitar o melhor possível as lições ministradas nas Universidades Populares.

Com a expressão deste ponto de vista, parece ter havido uma inversão dos objectivos próprios que estavam nos horizontes desta Universidade. Se o povo humilde recusava adquirir a cultura que gratuitamente lhe ofereciam, então que se aumentasse o saber daqueles que apesar de tudo já possuíam alguns rudimentos culturais, ou já tinham tido a oportunidade de aprender alguma coisa. E entre o desejável e o possível, Cortesão ficava satisfeito ao saber que o público da sua Universidade começava agora «a adquirir o espírito de tolerância pelas opiniões alheias, que tão necessário e próprio é nas criaturas, que sinceramente procuram a verdade» (12).

Falhada a primeira preocupação de educar os mais «mal educados» por desinteresse destes, os homens das Universidades Populares viraram os seus ensinamentos para os que as procuravam, provenientes das classes mais abastadas e mais instruídas. A nova Instituição apenas consolidava e reciclava conhecimentos. Em vez de serem pólos educativos, eram uma espécie de formação em serviço onde as aulas por serem leccionadas a turmas pequenas permitiam aos alunos «uma lição conversada, em que o professor vai guiando para a conquista da verdade as curiosidades que livremente inquirirem, num desejo, numa ânsia fora de todas as peias» (13).

Assim, Cortesão continuava a reforçar o propósito de que os interesses educativos das Universidades Populares eram coincidentes com os da Renascença Portuguesa (14).

Pela educação e cultura estes homens queriam fortalecer o espírito do povo português, povo ecu-

ménico e universalista, pese embora os fortes laços ao legado judaico-cristão e ao jesuitismo.

Era pelo sentimento estético e pela história da arte que Cortesão pretendia «realizar uma obra que entre nós tem sido assaz desprezada: educar o poder da emoção em frente de todas as manifestações do Belo, enriquecendo assim a personalidade com a largueza de âmbito e uma simpatia e vibratibilidade que são das mais altas e gozosas virtudes que o homem pode possuir» (15).

Não se mostrava fácil alcançar os objectivos educacionais deste Movimento como o provam as palavras menos elogiosas de Cortesão sobre o absentismo dos operários às sessões da Universidade Popular. Os operários parece que apenas se interessaram durante um ano por uma lição sobre a comuna de Paris (16), e por isso, com alguma frustração, Cortesão constatava que o operariado «não se tenha ainda convencido da extraordinária importância que a educação haja para a solução da questão económica, como para o seu progresso e valorização definitiva nas lutas do futuro» (17).

É certo que os homens mais cultos também são Povo, mas são gente mais instruída, e era este o público que continuava a aderir às Universidades Populares como se mostra na abertura da UP de Vila Real, mesmo que se insistisse que esta Universidade buscava criar o homem livre dando «ao Povo a consciência do espírito Português, a fim de lhe polarizar as energias no sentido de realizar um alto ideal colectivo, juntamente patriótico e humanitário» (18).

Se para tanto era preciso fazer sacrifícios, então os operários não se podiam demitir da oportunidade de aprenderem que lhes era oferecida: «Se é lícito atribuir à fadiga causada por um excesso de trabalho o abandono a que os operários votam a sua educação, motivo tantas vezes por eles invocado, podemos e devemos afirmá-lo, com a certeza de estarmos na verdade, que esse abandono é principalmente causado pelos defeitos ou carência de educação».

Desta forma, a educação destas camadas continuava a ser mínima, assentando na instrução primária que era quase sempre «atrasada, rudimentar, precária e ineducativa» (19).

Cortesão não se rendia às dificuldades e assumia-se como porta voz da Renascença Portuguesa para a causa da educação popular, parecendo-lhe, também,

indispensável para a melhoria da educação do povo português recorrer ao «ensino da história e da história da literatura, como meio educativo nacionalizante, absolutamente indispensável nas nossas Universidades Populares» (").

José Teixeira Rego (1881-1934) também acompanhou a discussão em torno da Universidade Popular, publicando nesta revista, no ano de 1914, o resultado de uma palestra sobre o tema, na qual a) critica os que defendiam ou equiparavam a Universidade Popular a um liceu, por achar que os alunos a que se destina não têm conhecimentos para cursar medicina, direito, etc.; b) opõe-se aos que defendem a inclusão do ensino técnico no seio das mesmas, uma vez que elas não tinham sido pensadas como escolas profissionais; c) rejeita um papel estritamente universitário para estas Universidades (1).

Feitos os reparos de fundo Teixeira Rego propôs que esta organização enveredasse por «um ensino misto-secundário por cursos regulares, semelhantes aos dos liceus, e superior por meio de conferências mais ou menos acessíveis, mais ou menos frequentes, sobre os mais altos ramos do saber humano» (°).

Em seu entender esta seria a melhor solução, pois «o português não é, em geral, um homem de acção, mas um contemplativo, um homem de pensamento. E os estudos regulares com boa disciplina e boa aplicação, só podem ser seguidos por homens de acção» (°).

Tal programa deveria preferencialmente ser dirigido a todos que não tendo tido sucesso nos estudos, os abandonaram precocemente mas não perderam a vontade de se instruir. Como metodologia para o curso propõe que «seja breve e pouco trabalhoso, atendendo à idade dos alunos... e a possibilidade de outras ocupações dos estudantes» (°-°).

Os seus currículos deveriam incluir os vários ramos do saber e contemplar as disciplinas propedêuticas do conhecimento: a matemática para as ciências e o grego para as letras.

Em tempo de muita ignorância e escasso saber, pese embora a grandeza do projecto ante a realidade, este foi um importante contributo que os renascentes prestaram à recém formada república no sentido de que o novo regime pudesse, de facto, cumprir o desiderato a que se tinha proposto: maior igualdade, efectiva liberdade, franca solidariedade.

Notas

(°) Cf. Coimbra, Leonardo, «A questão Universitária», in *Obras de Leonardo Coimbra*, vol_ 1, selecção, coordenação e revisão de Sant'anna Dionísio, Porto, Lello & Irmão, 1983. p. 626.

(°) Cf. Cortesão, Jaime, «As Universidades Populares - sua missão e necessidade em Portugal», in *A Vida Portuguesa*, n.º 3, Porto, 1912. p. 19.

(°) Cf. *Idem*.

(°) Cf. Cortesão, Jaime, «Universidades Livres, Extensões Universitárias, Universidades Populares», in *A Vida Portuguesa*, n.º 4, Porto, 1912b, p. 26.

(°) Cf. *Idem*.

(°) Cf. Cortesão, Jaime, «Universidades Populares – como as Universidades Populares começaram em França», in *A Vida Portuguesa*, n.º 5, Porto, 1912c, p. 34.

(°) Cf. Cortesão, Jaime, «As Universidades Populares – a Universidade Popular do Porto», in *A Vida Portuguesa*, n.º 6, Porto, 1913a, p. 41.

(°) Cf. *Idem*.

(°) Cf. *Ibidem*, p. 42.

(°) Cf. Cortesão, Jaime, «As Universidades Populares – As classes médias e a nossa Universidade popular do Porto», in *A Vida Portuguesa*, n.º 8, Porto, 1913b. p. 58.

(°) Cf. Cortesão, Jaime, «As Universidades Populares – A Universidade popular do Porto e a Renascença Portuguesa», in *A Vida Portuguesa*, n.º 10, Porto, 1913c.

(°) Cf. Cortesão, Jaime, *Ibidem*, in *A Vida Portuguesa*, n.º 10, Porto, 1913c, p. 74.

(°) Cf. Cortesão, Jaime, «A Universidade Popular e o operariado», in *A Vida Portuguesa*, n.º 19, Porto, 1913d.

(°) Cf. Cortesão, Jaime, «As Universidades Populares – A Universidade popular do Porto e a Renascença Portuguesa», in *A Vida Portuguesa*, n.º 10, 1913c. p. 145.

(°) Cf. Cortesão, Jaime, «Universidades Populares – A Universidade popular do Porto e o problema da instrução primária», in *A Vida Portuguesa*, n.º 21, Porto, 1914a, p. 1.

(°) Cf. *Ibidem*.

(°) Cf. *Ibidem*.

(°) Cf. Cortesão, Jaime, «Universidades Populares – Nacionalismo e cosmopolitismo», in *A Vida Portuguesa*, n.º 22, Porto, 1914b, p. 9.

(°) Cf. Rego, Teixeira, «Universidades Populares», in *A Vida Portuguesa*, n.º 28, Porto, 1914a. pp. 61-62.

(°) Cf. *Ibidem*, p. 62.

(°) Cf. *Ibidem*.

(°) Cf. Rego, Teixeira, «Universidades Populares II», in *A Vida Portuguesa*, n.º 30, Porto, 1914b, p. 73.